

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.457.077 - GO (2019/0053686-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : **ADRIANA BUENO GALVAO**  
**ADVOGADOS** : **HAROLDO JOSÉ ROSA MACHADO FILHO E OUTRO(S) - GO005739**  
: **HAROLDO JOSÉ MACHADO NETO - GO026700**  
**AGRAVADO** : **JOAO DE JESUS RIBEIRO CAMELO**  
**ADVOGADO** : **JOSÉ FERRO - GO020809**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por ADRIANA BUENO GALVÃO contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA CONDENATÓRIA. COBRANÇA DE CHEQUES PRESCRITOS. PRESCRIÇÃO. PREJUDICIAL DE MÉRITO. PRECLUSÃO. DESCARACTERIZAÇÃO DO TÍTULO. ALEGAÇÃO DE QUITAÇÃO. ÔNUS DA PROVA.*

*1. Consoante entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, afastada a prejudicial de prescrição na decisão de saneamento do processo, sem interposição do recurso cabível, a discussão dessa matéria não pode ser renovada em sede de apelação, sob pena de ofensa ao instituto da preclusão.*

*2. O ônus da prova compete ao autor no que se refere aos fatos constitutivos do seu direito, e ao réu quanto aos fatos modificativos, extintivos ou impeditivos do direito daquele, em conformidade com o que estabelece o artigo 373 do Código de Processo Civil/15. Assim, não tendo a parte ré/devedora se desincumbido desta atribuição, há de se manter a condenação ao pagamento do débito consubstanciado nos títulos apresentados pela parte autora. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA" (fls. 373-374, e-STJ).*

Os embargos declaratórios foram rejeitados (fls. 430-431, e-STJ).

No recurso especial, a recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 373, I e II, 487, II, 489, § 1º, IV, 1.013, §§ 1º, 2º e 4º, e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 e 206, § 3º, VIII, do Código Civil.

Sustenta que:

- a) o aresto estadual foi omisso;
- b) a ação está prescrita porquanto foi proposta após o prazo trienal, contados da data da emissão dos títulos de crédito, e
- c) o autor não se desincumbiu do ônus da prova, ou seja, não demonstrou a *causa debendi* dos cheques cobrados.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Sem contraminuta.

É o relatório.

**DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

Inicialmente, observa-se que o tribunal de origem indicou adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da recorrente.

Ademais, quanto à prescrição, assim decidiu o tribunal local:

"(...)

*Primeiramente, no tocante à prejudicial de mérito, observo que esta foi rechaçada pela dirigente do feito na decisão saneadora proferida em 15/06/2015 (fls. 107/110 dos autos digitalizados - mov. 3), sem que tenha havido recurso, estando, portanto, preclusa a questão para nova discussão no âmbito do presente apelo" (fls. 364-365, e-STJ).*

Nesse contexto, é inviável a esta Corte analisar a ocorrência da prescrição no caso em tela, haja vista não ter havido tal discussão na origem, em razão da preclusão. Incide, na espécie, a Súmula nº 211/STJ.

Sobre o tema, citam-se os seguintes precedentes:

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO DA DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA 284/STF. COBERTURA SECURITÁRIA. INOPONIBILIDADE DE RESTRIÇÃO CONTRATUAL SEM DESTAQUE À PARTE CONTRÁRIA. SÚMULAS 283/STF E 5 E 7 STJ. PRECLUSÃO. CONHECIMENTO DE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA (PRESCRIÇÃO) OBJETO DE PRÉVIA DECISÃO NÃO IMPUGNADA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO.**

*1. A alegação de omissão não prescinde da indicação do vício do acórdão recorrido por ocasião do exame das questões (fáticas ou jurídicas) ou das teses desenvolvidas em torno dos dispositivos legais arrolados, não sendo suficiente a indicação abstrata da pretensão de prequestionamento, sob pena de incidência da Súmula 284/STF.*

*2. A restrição da cobertura securitária a vícios construtivos decorrentes apenas de causas extrínsecas ao imóvel foi prevista sem destaque, motivo pelo qual foi considerada não oponível à parte contrária. Esse fundamento não foi impugnado especificamente por alegações de clareza e impossibilidade de dubiedade, além de não poder ser afastado sem o reexame direto das provas,*

*notadamente do instrumento contratual, atraindo a aplicação dos óbices das Súmulas 283/STF e 5 e 7 do STJ.*

*3. As matérias de ordem pública podem ser apreciadas a qualquer tempo nas instâncias ordinárias, todavia, existindo decisão anterior, opera-se a preclusão caso não haja impugnação no momento processual oportuno (cf. AgInt no REsp 1.447.224/MG, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 20/2/2018, DJe 26/2/2018). Caso concreto no qual não houve conhecimento da alegação de prescrição da pretensão, sob o fundamento de tal matéria ter sido objeto de despacho saneador, sem que o agravo retido interposto contra esta decisão tenha tido o conhecimento requerido nas razões de apelação.*

*4. Agravo interno desprovido"*

*(AgInt no AREsp 1.352.510/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 3/12/2018, DJe 6/12/2018).*

**"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ARBITRAMENTO E DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. OCORRÊNCIA DE REVOGAÇÃO EXPRESSA SEM PROVA DA CIÊNCIA DA CAUSÍDICA. POSTERIOR SUBSTABELECIMENTO COM RESERVA DE PODERES. PRESCRIÇÃO. RAZOABILIDADE DA VERBA HONORÁRIA ARBITRADA.**

*1. Nos termos da jurisprudência consolidada desta Corte, 'afastada a prescrição no despacho saneador e não havendo a interposição do recurso de agravo de instrumento, não pode o Tribunal, em sede de apelação, sob pena de ofensa ao instituto da preclusão, proferir nova decisão sobre a matéria' (AgRg no REsp 1.147.834/RS, Rel.*

*Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, julgado em 10.05.2011, DJe 19.05.2011).*

*2. Ainda que assim não fosse, ocorrida a rescisão unilateral do contrato (escrito ou verbal) de prestação de serviços advocatícios, o termo inicial do prazo prescricional quinquenal da pretensão de arbitramento e/ou de cobrança da remuneração correspondente (Lei 4.215/63, Lei 8.906/94 ou Código Civil de 2002) passa a ser a data da ciência inequívoca: (i) do mandante sobre a renúncia dos poderes pelo advogado; ou (ii) do causídico sobre a revogação de seus poderes por iniciativa do cliente. Tais marcos somente são postergados quando existente condição suspensiva de exigibilidade da verba honorária, como a cláusula ad exitum, exegese inaplicável aos presentes autos, que versam sobre pacto verbal. Na espécie, não demonstrada a ciência da causídica sobre o ato revogatório, não é possível considerar deflagrado o prazo prescricional quinquenal respectivo.*

*3. Para reduzir os honorários advocatícios estabelecidos na origem, revelar-se-ia necessária a incursão no acervo fático probatório dos autos, providência inviável no âmbito do julgamento de recurso especial, o que atrai o óbice da Súmula 7/STJ.*

*4. Recurso especial de Maria Cecília Ribas Viera não provido.*

*Reclamo de Mariza Ribas Bokel e outro parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido"*

*(REsp 1.344.123/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 3/10/2017, DJe 7/11/2017).*

No tocante ao ônus da prova, o aresto recorrido consignou:

"(...)

*Destarte, vê-se que a controvérsia gira em torno da origem da dívida e de sua quitação.*

*Com efeito, sem delongas, observo que a emissão dos cheques por parte da requerida restou demonstrada nos autos (fls. 106/107 dos autos digitalizados - mov.3), de modo que o autor comprovou, satisfatoriamente, o fato constitutivo do seu direito (art. 373, inciso I, CPC/15). A requerida, por sua vez, não logrou demonstrar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 373, inciso II, CPC/15), uma vez que as provas por ela apresentadas não são hábeis para afastar a veracidade que emana daqueles títulos.*

*Como bem pontuado pela julgadora sentenciante, ainda que a origem do débito tenha sido a troca de cheques e favores entre as partes, e não a venda de produtos agropecuários, **inexistem provas da quitação do valor descrito nos títulos que amparam o pedido exordial, nos moldes alegados pela ré.***

*Neste ponto, calha salientar que as testemunhas arroladas nos autos, embora tenham mencionado a troca de cheques e favores, assim como a compra e venda de produtos entre as partes e a entrega de gado para o autor, não souberam precisar se a dívida substanciada nos títulos em discussão foi, de fato e integralmente, liquidada pela ré, inclusive porque os litigantes negociavam com certa frequência.*

*Ademais, concordo com a magistrada a quo no sentido de não ser crível que a parte ré/devedora - que, inclusive, detêm conhecimento jurídico -, tenha entregue gados para pagamento total do seu débito ou, ainda, os cheques do autor que estavam em seu poder (considerando a tese de troca de cheques entre as partes), sem se preocupar em documentar essa situação, sem pegar qualquer recibo ou termo de quitação, apenas confiando que os títulos que consubstanciam a sua dívida lhes seriam posteriormente entregues.*

*Ressalte-se que a comercialização de leite e de produtos agropecuários, assim como a troca de cheques entre as partes e a venda de gado da requerida (notas fiscais de fls. 135/136) restou demonstrada nos autos, no entanto, a quitação dos títulos que amparam o pedido inicial e a alegação de agiotagem ou estelionato relacionada a eles não restou configurada, nem mesmo pelos documentos vistos às fls. 117/141 dos autos digitalizados (cópias de outros cheques, recibos de pagamento e de saldo devedor referentes à comercialização de leite, nota fiscal de venda de gado bufalino).*

*Nesse contexto, conclui-se que a sentença de procedência do pedido inicial não merece qualquer reparo, devendo ser confirmada em todos os seus termos" (fls. 368-370, e-STJ - grifou-se).*

Desse modo, não é possível a este Tribunal apreciar o entendimento exarado na origem, porquanto teria que, necessariamente, rever o contexto fático-probatório dos autos, procedimento inviável nesta via extraordinária, consoante disposto na Súmula nº 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), os quais devem ser majorados em 5% (cinco por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

Relator

